

discursivamente na ordem vazia dos seus universos” (p. 258).

O verbo ressignificar é notoriamente uma palavra muito utilizada nestes retratos ensaiados por Pedro Fernandes. Isso que nos leva a constatar que seu olhar captou uma visão saramaguiana da figura feminina como uma ressignificação – não há como fugir ao uso deste termo –, isto significa que viu na personagem feminina um lugar muito maior do que aquele que lhe é atribuído pela ficção de cunho patriarcal. O tratamento das personagens reveste-se de elementos aglutinadores, de microsignificados outros, pois Blimunda, a Mulher do médico, assim como a mulher da limpeza, são signos de mulheres-guia, mulheres que vencem a cegueira. É como se nós, leitores, pudéssemos dizer, ao acabar de ler os romances em que elas se encontram: “parem com estas querelas; ninguém é superior ou inferior pelo gênero que carrega, pelo sexo com o que nasceu. A condição de seres humanos deve ser suficiente para promover o respeito.

Por tudo isso, do livro *Retratos para a construção do feminino na prosa de José Saramago* fica-nos o painel complexo dessas mulheres, tanto as protagonistas quanto as outras personagens, que “Juntas, inauguram uma nova postura identitária para si e para os outros” (p. 252). Mas, este painel só se tornou possível porque Pedro Fernandes soube entrelaçar o seu discurso ensaístico com as teorias necessárias para deixar ao seu leitor os nítidos retratos das per-

sonagens femininas que redesenhou a partir da prosa daquele homem, sujeito de linguagem, filosofias e quebras de paradigmas que Portugal lançou ao mundo: ele próprio uma jangada de ideias ibéricas.

*Aldinida Medeiros*

#### **LEITURA DE LITERATURA NA ESCOLA**

**M. A. DALVI, N. L. DE REZENDE**

**e R. JOVER-FALEIROS (orgs.)**

**São Paulo: Parábola, 2013**

**168 páginas, ISBN: 9788579340642**

A problemática da leitura literária é abordada, neste volume marcante, com um contributo especializado sobre questões fundamentais que se colocam, hoje, sobre a presença da literatura na escola contemporânea, designadamente as práticas de leitura, as suas metodologias, finalidades, sucessos e lacunas.

Tendo em conta as mudanças que se verificam na sociedade e que impendem sobre a cultura e a educação, os autores, militantes no terreno da formação do leitor, responderam ao desafio que lhes fora endereçado pelas organizadoras (também autoras) do volume a partir das seguintes questões: *O que se ensina hoje na escola quando se ensina literatura? O que se ensinaria se de facto se “ensinasse literatura”? Qual o papel da literatura na educação e, particularmente, na escola? O que sabemos, podemos e queremos em relação às práticas atinentes à literatura? Que mudanças são necessárias?*

O foco na *praxis* é comum entre os autores do livro, ao fazerem um muito acertado diagnóstico das práticas contemporâneas de leitura, proveniente de áreas de pesquisa e docência e de programas de pós-graduação, que integram, entre outros, os saberes das ciências da linguagem, da literatura, da antropologia cultural, da filosofia, da sociologia, da educação, das didáticas específicas.

Sendo a literatura uma matéria escolar que interessa à educação, a reflexão sistemática sobre o seu ensino ainda ocupa um espaço diminuto no seio dos estudos literários, educacionais e da linguagem, tanto no Brasil, como em Portugal. Apesar disso, pois que a precípua vocação dos cursos de Letras não tem sido voltada para a formação de professores, há avanços. Alinhando nessa direção, Annie Rouxel (da Universidade Montesquieu (Bordeaux IV), em “Aspectos metodológicos do ensino da literatura” equaciona os mais importantes avanços da investigação sobre literatura e didática da literatura e propõe um olhar sobre o que considera “expressivas mudanças de paradigma”, a saber, mudança de concepção de literatura, de leitura literária, de cultura literária. O filão perseguido é a valorização da “construção identitária singular”, o que implica condutas didáticas que promovam o processo de instituição do leitor, condutas submetidas a regras, desde o princípio da liberdade fundamentada de escolhas ao princípio da verbalização, já que a escuta do texto se traduz na elabo-

ração de hipóteses interpretativas, guiadas sob a orientação do professor.

Com base nesses pressupostos, a autora indica exemplos para a concretização do princípio da cooperação interpretativa (Eco, Jouve), no respeito pelos direitos do texto e do leitor. O entendimento de quais os textos que devem formar a educação literária das crianças, jovens e adolescentes não se filia num cânone fechado, valorizando-se antes a dimensão formativa do ponto de vista antropológico de textos como *Crepúsculo*, da saga Harry Potter. Em concordância com outros autores (Catherine Tauveron, Gérard Langlade) na área da didática da literatura, propõe: i) que sejam considerados “textos resistentes”, experiências que encerrem “jogo e proporcionem jogo”; ii) que se trabalhe com as dificuldades e os obstáculos na leitura, de acordo com a complexidade das obras escolhidas e os géneros em presença (tradicional ou novos, “literatura viva”; iii) que se distingam percursos de leitura consoante os níveis escolares, enfim, iv) que sejam promovidas estratégias inovadoras que configurem pela leitura e pela escrita a actividade ficcionalizante do leitor, e v) que as práticas sejam diversificadas, pois umas podem privilegiar a expressão de imagens mentais e sensações, num assomo da subjetividade do leitor (a escuta flutuante), outras motivam o registo metacognitivo de movimentos ou a associação de ideias, respetivamente, sob a forma de autorretrato do leitor ou diário de leitura.

Subscrevendo uma posição que tende a ganhar consenso na academia na discussão sobre o ensino da literatura – a abertura do cânone literário escolar a textos de outras esferas – José Hélder Pinheiro Alves, da Universidade Federal da Paraíba, contribui com um estudo sobre a literatura de cordel, “como exemplo do que se pode ler na escola”. Destaca a ausência de referências à literatura oral e em particular da literatura de cordel nas histórias da literatura, desde Sívio Romero até chegar a Afrânio Coutinho, que, com a colaboração de Câmara Cascudo, dispensou espaço para a literatura oral e popular. O A. discute a questão nos seus contornos teóricos e didáticos e propõe sugestões metodológicas e bibliografia especializada.

Com o texto “A leitura literária como experiência”, Márcia Cabral da Silva, docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, volta-se para a “leitura como experiência no curso do tempo”, refletindo sobre a sua presença e a sua ausência e as relações com a memória individual, social e histórica. Para o estudo do volume analisa o caso de Graciliano Ramos, que, no romance autobiográfico, *Infância*, rememora as suas “primeiras experiências com a leitura literária”. O texto traz um estímulo e boas sugestões àqueles que concedem espaço nas suas práticas pedagógicas ao trabalho com a narração e a memória, numa valorização da aprendizagem da vida e do mundo, por meio da escrita e da leitura do texto literário.

Maria Amélia Dalvi (da Universidade Federal do Espírito Santo) em “Literatura na escola. Propostas didático-metodológicas” discute as articulações entre formação de professores em cursos de Letras e de Pedagogia e a experiência docente na educação básica. Se a vivência da literatura na escola detém um enorme potencial formativo (como lembram os autores do volume) importa referir também constrangimentos do sistema educativo que impedem sobre essa vivência. Para se colocar nos problemas e propor soluções, a A. embasa o seu encaminhamento metodológico em propostas para a leitura do texto literário formuladas por Vítor Aguiar e Silva, num conhecido texto publicado na Revista *Diacrítica* – “Teses sobre o ensino do texto literário na aula de Português” (*Diacrítica*: 13-14; 1998/1999). As dez teses são “apropriadas, adaptadas e actualizadas”, num encaminhamento metodológico situado no contexto da educação brasileira. É seu entendimento que os atos de leitura escolar não façam economia dos textos e seus suportes, dos leitores e suas ações, dos domínios verbais da língua, através dos quais se organizam as actividades didático-pedagógicas. Nesse movimento teórico-prático-teórico, dilucida questões importantes, do campo educativo, como: a candente questão da avaliação, quase sempre marginal no ensaísmo sobre o ensino da literatura; a natureza sobredeterminada das práticas sociais de leitura (atravessadas

que são por modelos teóricos de leitura como também assinalou Roger Chartier); a relação entre produção científica na universidade e a sua reconfiguração profissional na área do ensino da língua e da literatura; a reclamada necessidade de se ponderar os conteúdos a ensinar, medida para a qual chama a atenção na sua tese VI, “REDUÇÃO DOS PROGRAMAS E DA MASSA DE INFORMAÇÕES EM DEFESA DE UMA LEITURA E UMA LITERATURA PARA A VIDA”. Porque o tempo da escola não esgota o manancial de experiências que a leitura da literatura permite, trata-se de privilegiar um objetivo central no ensino da literatura: “formar leitores para toda a vida (...) leitores que buscam nos textos literários conhecimento, sabedoria, prazer, crítica e – por que não? – consolação indispensáveis à vida” (p. 79).

A reclamada, em diversos fóruns, leitura literária, é tudo menos a desejada realidade do trabalho escolar com a literatura, como a investigação centrada na observação de práticas pedagógicas pode evidenciar. A este filão se tem dedicado Neide Luzia de Resende que assina o capítulo “O ensino de literatura e a leitura literária”, cuja fonte primária foram “os mais de dois mil relatórios de estágio” orientados ao longo de 14 anos de docência na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Na aula de português, no ensino médio, continua-se a ensinar literatura através de procedimentos que amalgamam con-

ceções, um sinal claro da necessidade de se reconfigurar a formação do professor de língua e de literatura. Assim, elementos de natureza periodológica comparecem filiados numa perspectiva “centrada no nacionalismo literário”, abrangendo o cânone literário português e brasileiro. A abordagem dos textos decalca actividades inscritas nos manuais escolares através da cópia e da reprodução das perguntas e respostas. Ao lado desse filão tradicional, no qual os autores deste volume não se revêm, Neide Rezende aponta, ainda, um novo modelo de abordagem, fundado na linguística textual, também eivado de falhas, e cuja didatização caracteriza-se pelo arrolar de características dos géneros textuais. Neste mapear de aporias, a A. conclui, muito acertadamente, que o novo acaba sendo subsumido pelo velho.

O capítulo assinado por Rita Jover-Faleiros (da Universidade de Brasília), “Sobre o prazer e o dever ler: figurações de leitores e modelos de ensino da literatura”, sinaliza a defesa de uma continuada aposta em subsídios teóricos sobre a dimensão semiológica e fenomenológica do ato de ler, nomeadamente através da exploração do que acontece na cena da leitura. Baseando-se na figuração do “universo interno do leitor” e “na relação individual que ele estabelece com o que lê”, a A. apresenta subsídios sobre a figura do leitor, relevando, em especial, a sua projecção na formação escolar, e a necessidade de fazer conjugar fruição e compreensão

no processo empírico de construção da leitura.

Robson Coelho Tinoco (docente da Universidade de Brasília), no texto intitulado “Percepção do mundo na sala de aula: Leitura e literatura”, sustenta a defesa de uma escola enquanto representação de uma proposta de inter-relação social, fundada na “fraternidade produtiva entre pessoas que poderiam, de fato, ajudarem-se mutuamente”. Este idealismo político na discussão sobre o ensino da literatura constitui uma das novidades mais importantes da obra – vertente comungada na generalidade das posições designadamente pela discussão de questões com contornos éticos e antropológicos (inspiradas no pensamento de autores como Zygmunt Bauman) numa aproximação de linguagem, literatura, ensino e educação.

Vera Teixeira de Aguiar (reputada estudiosa na área do ensino da literatura, docente da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre) encerra o volume, com o texto “O saldo da leitura”, lembrando possibilidades de leituras fecundas quando o leitor estabelece uma relação compreensiva com os textos. Mais uma vez, a defesa de uma revitalização da “história individual e social” por via da sua projecção consciente na dinâmica da leitura, caminhada gratificante na “descoberta de modos alternativos de ser e de viver”, pela simples razão de que “o grande saldo da arte é o de desvelar ao homem sua própria humanidade”.

Uma referência se impõe a outros estudiosos do consistente espaço teórico, institucional e político, do ensino da língua e da literatura, área cada vez mais fortalecida sob o signo da educação. Entre autores citados nos capítulos ou referenciados nas respectivas bibliografias, refiram-se Regina Zilberman, Ezequiel Theodoro da Silva, Joao Wanderley Geraldi, Angela Kleiman e Marisa Lajolo.

*Cristina Mello*

**POINT OF VIEW, PERSPECTIVE AND FOCALIZATION. MODELING MEDIATION IN NARRATIVE**

**PETER Hühnh et al. (eds.)**

**Berlin, Walter de Gruyter, 2009**

**305 páginas, ISBN: 9783110218916**

Quem quiser conhecer o que se tem produzido nos últimos anos sobre o processo de *focalização* na narrativa não pode deixar de ler *Point of view, perspective and focalization. Modeling Mediation in Narrative* (New York, Berlin, 2009), ainda sem tradução para o português. O volume reúne diferentes abordagens sobre o assunto, escritas por alguns dos principais nomes dos estudos narrativos mais recentes. A maioria dos textos da obra originou-se num congresso realizado na Universidade de Hamburgo, pelo grupo de pesquisa “Narratology”, em outubro de 2006, do qual participaram pesquisadores de diversas e importantes universidades. O livro tem dois